

CUNHAGEM

Antes da invenção da cunhagem, muitos bens móveis foram utilizados como meio de troca e padrão de valor. Esses bens eram relacionados uns com os outros, formando uma escala de valores. Os povos primitivos utilizavam nas trocas intertribais, como dinheiro, os produtos que via de regra representavam a riqueza na comunidade.

Nas trocas com as demais tribos, a seleção de produtos dependia das preferências dos outros povos. A partir daí, as matérias-primas começaram aparentemente a ser utilizadas como dinheiro, em substituição aos produtos acabados. Essa tendência pode ser observada com mais clareza no caso dos metais, como o ferro, o cobre e o bronze, que gradualmente foram superando outros meios de troca. (É muito provável que os sistemas de pesos tenham sido criados para medir os metais preciosos.)

As civilizações antigas alcançaram esse estágio de desenvolvimento, fundamental para o início do processo de cunhagem, no século VIII a.C., embora as primeiras notícias de cunhagem datem do século VII a.C.: a Lídia (Ásia Menor) já nessa época produzia peças de uma liga de ouro e prata chamada electrum.

A escolha dos metais era determinada mais pelas necessidades econômicas imediatas e pelas oportunidades do que por ordens dos governantes. O desenvolvimento do comércio, no entanto, superou as limitações ditadas pela distribuição geográfica dos metais, cuja escolha serviria de base material para a moeda.

É por esta razão que na Grécia Antiga, assim como em Roma, depois da morte de César, moedas de ouro e prata foram cunhadas em substituição às de bronze.

Glossário

Paulo Sandroni

Na Idade Média, com a retração do comércio, apenas moedas de cobre e prata foram cunhadas, com exceção de uma cunhagem temporária de ouro durante a época carolínea.

Com o crescimento da demanda de moedas, as cunhagens de ouro foram retomadas com os florins florentinos, e os zecchini de Veneza. Desde então, o ouro constituiu-se no metal preferido para a cunhagem de moedas, e no comércio internacional na forma de lingotes. O desenvolvimento da técnica de cunhagem, no entanto, foi relativamente lento. Só a partir do século XVI a produção deixou de ser manual e passou a ser mecânica. Em 1786, Boulton introduziu a força a vapor na cunhagem, e em 1839, Ulhhörn inventou a prensa de cunhagem, que acelerou enormemente seu processo de fabricação. O desenvolvimento econômico proporcionado por esses avanços técnicos é digno de nota. O custo de produção da cunhagem, que até o século XVIII oscilava entre 10 e 20% do valor da moeda, foi reduzido nas moedas de ouro a menos de 0,3%.

As novas técnicas de cunhagem permitiriam também a uniformidade das moedas, o que facilitava a aceitação por seu valor de face, e não por peso, como ocorria em Roma, na Idade Média e mesmo na era moderna. A modernização das técnicas resolveu também um dos problemas mais graves do setor: a escassez de moeda. A inadequação da oferta monetária foi provavelmente a responsável pela produção de moedas tão diminutas e finas que bastava cunhá-las de um só lado; e também pelas emissões privadas de moeda.

Glossário

Paulo Sandroni

Desde o início, a cunhagem foi uma prerrogativa de quem detinha o poder. Durante a Idade Média, era praticada não apenas pelo soberano, mas também por aqueles que obtinham esse direito como uma concessão feudal. Em consequência, entre os séculos IX e XII, a cunhagem foi completamente descentralizada. Durante a primeira fase medieval, esse fato não teve grande importância, em função do incipiente desenvolvimento do comércio

Mais tarde, com a expansão deste, tais concessões foram se extinguindo e, na Inglaterra e na França no tempo de Henrique VII, só o rei tinha o poder de cunhagem. Durante os séculos XII e XIII, com a descentralização política, o privilégio de cunhagem obtido por alguns (assim como outros privilégios reais) era exercitado com a finalidade de realizar os maiores ganhos possíveis. As receitas da cunhagem dependiam não apenas da diferença permitida legalmente entre o valor da face da moeda e o seu conteúdo metálico (a senhoriagem), mas particularmente na gradual e desautorizada redução do conteúdo metálico das unidades-padrão ou no peso e teor das moedas individuais.

Mais importante, no entanto, do ponto de vista da receita de quem cunhava, era a produção total realizada: para aumentá-la, as moedas sofriam alterações constantes, o que exigia a necessidade de sua recunhagem e renovação.

Tais alterações consistiam tanto na elevação do valor de face das moedas como na redução do seu conteúdo metálico: com a emissão de novas moedas depreciadas, as antigas eram geralmente “convocadas” à recunhagem, de acordo com os novos padrões.

Glossário

Paulo Sandroni

Depois de certo tempo de depreciações, a medida inversa era adotada, e as moedas eram outra vez convocadas, agora para sua valorização e conseqüente recunhagem. Assim, em algumas localidades da Alemanha e da Áustria, durante o século XIV, as cidades adquiriam do senhor feudal (detentor dos direitos de cunhagem) o privilégio de controlar as depreciações de suas moedas, elevando seu valor por meio da recunhagem.

As recunhagens também eram processadas em função das dificuldades de circulação oriundas das imperfeições das técnicas de produção existentes até o século XVIII. Mas a história da cunhagem até o início do século passado (com variação de país para país, especialmente no continente europeu) é a história de uma longa série de experimentos destinados a extrair da cunhagem o máximo de receita possível.

No Brasil, os precursores do processo de cunhagem foram as oficinas de fundição, onde se fundia o ouro oriundo das minas recém-descobertas durante o século XVIII. Depois de pago o quinto à Coroa, o ouro era fundido em barras com marcação do peso em onças, oitavas e grãos (medidas usadas antes da adoção do sistema métrico decimal no Brasil), o número de ordem, o título ou toque, e o ano da fundição. Com a multiplicação das casas de fundição, as barras passaram a ter os nomes ou as iniciais da respectiva oficina e as iniciais do chefe de cunhagem.

Essas peças eram entregues aos proprietários acompanhadas de um certificado ou guia que comprovava a posse como legítima e a efetivação do pagamento do quinto. Mais tarde, com a intensificação do comércio e para minimizar a falta de moedas no Brasil, a Metrópole autorizou que se fizesse aqui a marcação de novas características em peças de outros países, especialmente moedas espanholas, francos franceses,

Glossário

Paulo Sandroni

liras, moedas chilenas e argentinas. Essas alterações eram realizadas nas oficinas monetárias, que entravam em funcionamento ou eram extintas dentro das necessidades ditadas pelas diversas conjunturas da época.

Mas as freqüentes variações no valor das moedas que circulavam no Brasil, os aumentos e rápidos rebaixamentos desses valores, as inúmeras remarcações, as constantes proibições, as refundições e os recolhimentos em prazos curtíssimos levaram à quase paralisação do comércio. Para superar essas dificuldades, foi autorizado o funcionamento de uma Casa da Moeda no Brasil, no final do século XVII. Essa autorização ocorreu durante o governo de D. Pedro II de Portugal, cognominado “O Pacífico”, que por Carta Régia de 8/3/1694 criou a Casa da Moeda na Bahia, a primeira do Brasil. Quatro anos depois ela foi transferida para o Rio de Janeiro.

Veja também Casa da Moeda; Senhoriagem.